

CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE - UMA REVISÃO DE LITERATURA**CONTEXTUALIZING PUBLIC POLICIES AND ACCESSIBILITY: A LITERATURE REVIEW****CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS Y ACCESIBILIDAD: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA**

10.56238/revgeov17n4-033

André Ferreira Bento

Mestrando em Tecnologias da Informação e Comunicação
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8928142204858018>

Patricia Kellen Pereira

Mestranda em Tecnologias da Informação e Comunicação
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina
Lattes <http://lattes.cnpq.br/5994447260961767>

Alison R. Panisson

Doutorado em Ciência da Computação
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8825252769988113>

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre políticas públicas em acessibilidade no contexto brasileiro. O estudo identifica que o Brasil possui um arcabouço legal e normativo bem estruturado, com diversas políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. No entanto, os desafios persistem principalmente na aplicação efetiva dessas políticas, muitas vezes comprometida pela falta de treinamento e conscientização dos profissionais e gestores envolvidos. A análise reforça a necessidade de ações educativas e formativas que promovam a implementação plena das diretrizes já existentes.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Legislação. PcDs.

ABSTRACT

This article presents a literature review on public policies regarding accessibility in the Brazilian context. The study identifies that Brazil has a well-structured legal and regulatory framework, with several public policies aimed at guaranteeing the rights of persons with disabilities. However, challenges persist, mainly in the effective implementation of these policies, which is often compromised by the lack of training and awareness among professionals and managers involved. The analysis highlights the need for educational and training initiatives that foster the full implementation of the existing guidelines.



Keywords: Public Policies. Accessibility. People with Disabilities. Legislation. PwDs.

RESUMEN

Este artículo presenta una revisión de la literatura sobre políticas públicas en accesibilidad en el contexto brasileño. El estudio identifica que Brasil posee un marco legal y normativo bien estructurado, con diversas políticas públicas orientadas a garantizar los derechos de las personas con discapacidad. Sin embargo, los desafíos persisten principalmente en la aplicación efectiva de estas políticas, a menudo comprometida por la falta de capacitación y concienciación de los profesionales y gestores involucrados. El análisis refuerza la necesidad de acciones educativas y formativas que promuevan la implementación plena de las directrices ya existentes.

Palabras clave: Políticas Públicas. Accesibilidad. Personas con Discapacidad. Legislación. PcD.



1 INTRODUÇÃO

A evolução para uma sociedade verdadeiramente inclusiva requer políticas públicas que garantam o direito de forma igualitária para todas as pessoas, considerando inclusive aquelas com deficiência. Sendo assim, políticas públicas constituem um conjunto de ações, diretrizes e normas formuladas pelo estado para garantir direitos, promover o bem estar social e enfrentar desigualdades sociais históricas. Referem-se a um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. As políticas públicas podem ser consideradas como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório (Brasil, 2010).

Embora sejam estabelecidas por poderes públicos, os direitos sociais e as políticas públicas e sociais resultam de construções coletivas e sociais (Boneti, 2018). Elas expressam escolhas coletivas da sociedade por meio de decisões governamentais que visam atender às necessidades da população. Fundamentadas nos princípios de dignidade da pessoa humana, da cidadania e igualdade que dispõe a constituição federal, as políticas públicas são instrumentos centrais para consolidar a cidadania e promover justiça sociais. Assim, políticas públicas para serem eficazes devem ser formuladas com base na escuta ativa das pessoas com deficiência, no cumprimento da legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelecida pela Lei nº 13.146/2015 e na articulação intersetorial que permita ações coordenadas, contínuas e sustentáveis.

No campo da acessibilidade e inclusão, as políticas públicas têm papel fundamental na promoção do direito das pessoas com deficiência. Trata-se de uma abordagem que reconhece a diversidade humana e as limitações específicas. A LBI, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um significativo marco legal na promoção dos direitos humanos, da cidadania e da participação plena das pessoas com deficiência no contexto social. Ela estabelece normas gerais para garantir e promover a equidade, o exercício dos direitos e liberdade fundamentais.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Brasil, 2025), políticas públicas inclusivas visam a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, a fim de garantir o acesso à educação, à saúde, ao transporte, à cultura, ao lazer e ao trabalho. A acessibilidade, quando assegurada pelo poder público, é condição essencial para a autonomia, participação e cidadania das pessoas com deficiência, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e equânime.

Em seu Art. 2º e LBI define, a deficiência como uma condição resultante da interação entre impedimentos de longa duração (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial) e barreiras de múltiplas origens, que possam comprometer sua participação plena e efetiva na sociedade, em



condições de igualdade com os demais indivíduos (Brasil, 2015). Essa perspectiva expande a compreensão da deficiência, movendo-a da esfera individual para o âmbito contextual da interação com o meio ambiente, enfatizando as barreiras que prejudicam a autonomia, o acesso e a inclusão social.

Com o avanço do modelo social da deficiência, que desloca o foco das limitações individuais para os ambientes e as barreiras impostas pela sociedade, entende-se que as atitudes sociais devem evoluir. Nesse contexto, os movimentos das pessoas com deficiência contribuíram para que o termo acessibilidade passasse a ser amplamente debatido e compreendido como uma condição fundamental para a cidadania (Sasaki, 2009). Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Brasil, 2015) define acessibilidade como:

“...a possibilidade e condição de acesso seguro e autônomo a espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, edifícios, transporte, informação e comunicação, incluindo seus sistemas e tecnologias, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público, sejam eles de uso público ou privado de uso coletivo, tanto em áreas urbanas quanto rurais, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida...”

Conforme a ABNT NBR 9050:2020 (ABNT, 2020) acessibilidade é:

“...possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida...”

Essas definições reforçam a necessidade de políticas públicas para garantir a participação plena e equânime das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social. Esse direito, para ser efetivado de maneira técnica e padronizada, tem-se a importância da norma técnica ao estabelecer “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (ABNT, 2020). Fornece referências normativas fundamentais para o planejamento e adequação dos ambientes físicos, assegurando o acesso seguro e autônomo à maior quantidade de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou percepção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É possível compreender que acessibilidade não se limita apenas à construção de rampas ou espaços físicos adaptados, mas de maneira ampla e interligada, abrange um conjunto de soluções que garantam o direito da participação social das pessoas com deficiência em todas as dimensões.

Para assegurar a efetivação desse direito, é essencial reconhecer as distintas categorias de acessibilidade, cada uma voltada à superação de barreiras específicas que dificultam o acesso



equitativo a serviços, bens e oportunidades sociais. Na sequência, apresentam-se e discutem-se essas categorias, ressaltando sua relevância para a construção de ambientes efetivamente inclusivos. Ainda nesta seção, será abordada uma perspectiva conceitual sobre a deficiência, bem como a forma pela qual a legislação brasileira estrutura e regulamenta cada uma dessas categorias.

2.1 CATEGORIAS DE ACESSIBILIDADE

Para garantir a inclusão e a equidade, é essencial compreender os diferentes tipos de acessibilidade previstos em lei. A acessibilidade é definida pela LBI como a possibilidade de “utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação” (Brasil, 2015). O reconhecimento de seus múltiplos formatos é fundamental para a remoção de barreiras.

Segundo (Sasaki, 2009), existem diferentes tipos de acessibilidade, que abrangem desde aspectos físicos, comunicacionais, atitudinais, metodológicos, programáticos instrumentais e digitais. Cada um deles é voltado a remover barreiras específicas que impactam o cotidiano das pessoas com deficiência. O mesmo autor, orienta adoção de estratégias específicas e integradas mais efetivas e inclusivas, ao levar em conta os diferentes tipos de deficiências e suas necessidades específicas à uma acessibilidade efetiva às pessoas com deficiência. A seguir apontam-se algumas diretrizes e ações a serem implementadas a fim de melhorias em cada tipo de acessibilidade conforme a deficiência correspondente.

Acessibilidade Arquitetônica: refere-se à eliminação ou adaptação de barreiras físicas presentes nos espaços construídos, de modo a garantir o acesso, a circulação, a permanência e o uso seguro dos ambientes por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa dimensão da acessibilidade busca assegurar condições de autonomia, independência e segurança, promovendo a equidade no usufruto dos espaços públicos e privados. As barreiras arquitetônicas compreendem obstáculos estruturais que limitam ou impedem a locomoção e o uso pleno de edificações, vias e equipamentos urbanos. Sua superação ocorre por meio da adoção de soluções projetuais e elementos técnicos, tais como rampas, elevadores, corrimãos, sinalizações táteis e sonoras, sanitários adaptados, entre outros recursos que viabilizem a inclusão espacial e social.

Acessibilidade Comunicacional: pode ser compreendida como o conjunto de condições, recursos e estratégias que assegurem às pessoas o direito de acessar, compreender e transmitir informações em formatos adequados às suas necessidades, respeitando a pluralidade das formas de comunicação e expressão. Trata-se da eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação comunicativa, em especial para pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, múltipla ou com limitações na linguagem. A inexistência de mecanismos de acessibilidade compromete não apenas o



direito à informação, mas também a participação social, educacional, cultural e política dessas pessoas. Nesse sentido, a acessibilidade comunicacional envolve a implementação de recursos como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), legendas, audiodescrição, materiais em braile, sistemas de comunicação alternativa e aumentativa, tecnologias assistivas, entre outros, que garantem a equidade na produção, circulação e compreensão da informação.

Acessibilidade Atitudinal: diz respeito à superação de barreiras de ordem cultural e social que se manifestam por meio de preconceitos, estigmas, estereótipos e comportamentos discriminatórios dirigidos às pessoas com deficiência. Essa dimensão da acessibilidade está diretamente relacionada às atitudes individuais e coletivas que podem negar, limitar ou desvalorizar o potencial dessas pessoas, comprometendo sua plena inclusão social.

Acessibilidade Metodológica: consiste na adoção de estratégias, recursos e adaptações nos processos de ensino, aprendizagem, avaliação, comunicação e demais práticas em contextos educacionais, sociais e profissionais, de modo a assegurar a participação plena das pessoas com deficiência. Essa dimensão da acessibilidade busca romper com modelos padronizados e excludentes, reconhecendo a necessidade de metodologias diversificadas que respeitem as particularidades cognitivas, sensoriais e motoras dos sujeitos. Trata-se, portanto, de promover condições equitativas de acesso ao conhecimento, à informação e às interações sociais, seja por meio da flexibilização curricular, da utilização de materiais acessíveis, da implementação de tecnologias assistivas ou da adoção de práticas pedagógicas inclusivas. Ao possibilitar que diferentes formas de aprender, comunicar e se expressar sejam legitimadas, a acessibilidade metodológica torna-se elemento essencial para a efetivação do direito à educação e à participação social em sentido amplo.

Acessibilidade Instrumental: refere-se à disponibilização e utilização de tecnologias assistivas, dispositivos, softwares, materiais pedagógicos adaptados e demais ferramentas que favorecem a autonomia, a independência e a participação social das pessoas com deficiência. Essa dimensão da acessibilidade busca garantir condições equitativas de acesso à informação, à comunicação, ao aprendizado e ao trabalho, mediante a adoção de instrumentos que eliminem barreiras funcionais e ampliem as possibilidades de interação com o meio. Incluem-se nesse escopo desde recursos de baixa complexidade, como lupas, pranchas de comunicação ou materiais em braile, até soluções tecnológicas avançadas, como leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, sintetizadores de fala e dispositivos de mobilidade. A acessibilidade instrumental, ao proporcionar meios concretos para a superação de limitações impostas pelo ambiente, constitui elemento essencial para a efetivação dos direitos previstos na legislação e para a construção de uma sociedade inclusiva.

Acessibilidade Programática: consiste no conjunto de dispositivos normativos, legais e administrativos que fundamentam e asseguram os direitos das pessoas com deficiência. Essa dimensão abrange leis, decretos, regulamentos, políticas públicas e demais instrumentos institucionais que



orientam práticas sociais e estabelecem parâmetros para a promoção da inclusão. Diferentemente das adaptações arquitetônicas ou tecnológicas, a acessibilidade programática se materializa por meio do arcabouço jurídico e das diretrizes políticas que determinam obrigações, definem responsabilidades do Estado e da sociedade e garantem condições formais para a efetivação da cidadania e da participação plena das pessoas com deficiência.

2.2 DEFICIÊNCIA

A LBI também apresenta uma categorização que facilita a elaboração de políticas públicas direcionadas e mais eficientes. As deficiências são comumente categorizadas em cinco agrupamentos primários (Brasil, 2015), conforme itens abaixo.

- **Deficiência Física:** Refere-se à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, que compromete a mobilidade, a coordenação motora ou a postura. Pode ser congênita ou adquirida.
- **Deficiência Auditiva:** Caracteriza-se pela perda total ou parcial da capacidade de ouvir sons, mesmo com o uso de aparelhos auditivos, dificultando a comunicação oral e o acesso a informações sonoras.
- **Deficiência Visual:** Engloba casos de cegueira e baixa visão irreversível, mesmo com o uso de correção óptica. Pode afetar a autonomia, a leitura e o deslocamento no ambiente.
- **Deficiência Intelectual:** Envolve limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, afetando habilidades conceituais, sociais e práticas, geralmente desde o desenvolvimento infantil.
- **Deficiência Múltipla:** Refere-se à associação de duas ou mais deficiências em um mesmo indivíduo, gerando a necessidade de apoios diversificados e contínuos para promover sua inclusão e autonomia.

Essa classificação tipológica assume importância crucial, não apenas para propósitos de diagnóstico ou análise estatística, mas, principalmente, para direcionar intervenções e assegurar a plena observância dos direitos das pessoas com deficiência nos múltiplos âmbitos, ou seja, educacional, profissional, urbano, cultural e outros.

A compreensão da deficiência sob a perspectiva de um modelo social, conforme preconizado na LBI, possibilita o progresso na edificação de uma sociedade genuinamente acessível. A acessibilidade, nesse contexto, deve ser concebida como um conjunto integrado de estratégias, adaptações e recursos destinados a remover barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e tecnológicas. Reconhecendo a heterogeneidade da experiência humana e as características distintivas inerentes a cada classificação de deficiência, abre-se caminho para a elaboração de contextos mais



justos, o fomento do empoderamento individual das pessoas com deficiência e a garantia da sua qualidade de vida, bem como da sua participação ativa na sociedade.

3 METODOLOGIA

Para a realização da revisão sistemática, foram seguidas as diretrizes do PRISMA (**Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses**) (PAGE et al., 2021). O objetivo do estudo foi contextualizar o cenário brasileiro de políticas públicas em acessibilidade, e como a literatura vem discutindo e abordando esse tópico. Para tal, foi utilizada a estratégia SPIDER para definição dos seguintes aspectos (Cooke; Smith; Booth, 2012): **Amostra (S)**, **Fenômeno de Interesse (P)**, **Desenho (D)**, **Avaliação (E)** e **Tipo de Pesquisa (R)**. Essa estratégia é útil para revisões sistemáticas que envolvem estudos com diferentes delineamentos e tipos de intervenção. A seguir, cada aspecto da estratégia é detalhado:

- **Amostra:** Estudos focados na contextualização de políticas públicas em acessibilidade.
- **Fenômeno de Interesse:** Pesquisas teóricas e empíricas sobre políticas públicas em acessibilidade.
- **Fontes de Interesse/Informação:** Artigos revisados por pares, anais de conferências e capítulos de livros publicados em inglês e português, disponíveis online.
- **Desenho:** Estudos qualitativos, quantitativos e discursivos.
- **Avaliação:** Estudos que examinam a relação entre políticas públicas e acessibilidade, contextualizando o cenário nacional nesse tema.
- **Tipo de Pesquisa:** Estudos de pesquisa primária, incluindo delineamentos experimentais e não experimentais, e áreas de aplicação (saúde, educação, trabalhista, etc.).

As seguintes questões de pesquisa foram utilizadas para identificar os pontos a serem discutidos nesse artigo:

- (QP1) Qual tipo de deficiência tratada pelo artigo?
- (QP2) Quais foram as conclusões dos autores acerca das políticas públicas em acessibilidade?
- (QP3) Que apontamentos e/ou sugestões os autores fazem em relação a tornar as políticas públicas mais efetivas?

3.1 BASES DE DADOS

Três bases de dados foram utilizadas neste estudo, cada uma selecionada com base em sua relevância para o tema da pesquisa. Especificamente, focamos em bases que estavam mais alinhadas com o escopo do estudo e que apresentavam um histórico comprovado de retorno de um número significativo de trabalhos relevantes. Nosso objetivo foi garantir acesso à literatura mais abrangente e



atualizada sobre o tema, a fim de realizar uma análise completa. Nesse sentido, as bases selecionadas foram fundamentais para fornecer as informações necessárias à condução da revisão. As bases examinadas foram: Web of Science, Scopus e Scielo. A literatura cinzenta não foi considerada neste estudo.

3.2 CRITÉRIOS ADOTADOS E PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO

Este estudo adotou uma abordagem de busca criteriosa, utilizando três bases de dados eletrônicas (ver Seção Bases de Dados) para identificar artigos científicos relevantes sobre políticas públicas e acessibilidade.

Após o processo de busca, foi aplicado um processo de seleção em duas etapas.

Na primeira etapa, os pesquisadores examinaram os títulos, resumos e palavras-chave de cada artigo para identificar estudos potencialmente relevantes. Em seguida, os estudos que não atendiam aos critérios de inclusão foram excluídos da análise. Nos casos em que havia incerteza durante a avaliação inicial, foi realizada uma segunda avaliação com a leitura completa do texto, permitindo determinar se o estudo estava dentro do escopo desta revisão de literatura. Os critérios de inclusão e exclusão para todos os estudos estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1. Critérios de Inclusão e Exclusão.

Etapa	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Seleção	Termos de busca no título	Artigos curtos (com menos de 4 páginas)
	Termos de busca nas palavras-chave	Artigos de <i>workshops</i>
	Termos de busca nas palavras-chave	Fora do escopo
Leitura	Artigos sobre Políticas Públicas e Acessibilidade	Fora do escopo
	Artigos que responderam (parcialmente) às perguntas de pesquisa (QPs)	Artigos que não discutem políticas públicas

Fonte: Os autores

Em todas as bases de dados, foi utilizada a seguinte *string* de busca com os seguintes termos-chave: (acessibilidade OR inclusão OR accessibility OR inclusion) AND ("políticas públicas" OR "public policies" OR "social policies" OR "government policies") AND (deficiência OR "pessoa com deficiência" OR "deficiente" OR pcd OR deficiency OR "person with disability" OR disable OR pwd)

Vale destacar que esta *string* de busca foi elaborada para localizar artigos que utilizam sinônimos de políticas públicas no contexto de acessibilidade, mas que também inclui especificamente o conceito de 'pessoa com deficiência', que é o foco de interesse deste estudo.

3.3 PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção iniciou com 226 artigos, sendo 33 provenientes do base Web of Science (WoS), 122 da Scopus e 71 da Scielo. Dentre esses, 31 artigos foram removidos por duplicidade. Dos 195 artigos restantes, 131 foram excluídos na etapa inicial por não atenderem aos critérios de seleção.

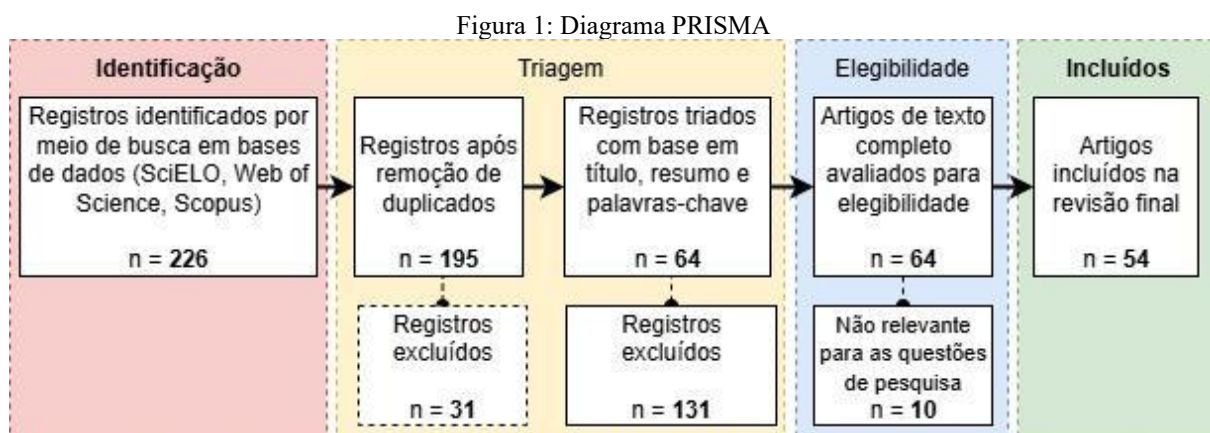


Dois revisores participaram dessa primeira etapa, sendo cada um responsável por ler o título e o resumo dos 64 artigos restantes após a remoção dos duplicados.

A revisão foi conduzida de forma cega utilizando a ferramenta Rayyan (www.rayyan.ai) a fim de minimizar a influência das decisões individuais dos pesquisadores. Posteriormente, a revisão cega foi desfeita, permitindo a comparação das decisões entre os pesquisadores. Nessa fase, um conjunto de regras foi estabelecido para facilitar o processo de seleção. Artigos que receberam mais votos para inclusão foram selecionados para leitura completa, enquanto aqueles que receberam mais votos para exclusão foram diretamente descartados. Em casos de decisões conflitantes, os revisores se reuniram para tomar uma decisão final. Aplicando esses critérios, um total de 64 artigos foram selecionados para leitura completa e, em seguida, categorizados em uma seção separada.

Com o conjunto final de 64 artigos para leitura completa, os pesquisadores procederam com a leitura e respostas às perguntas previamente definidas. Nessa etapa da pesquisa, participaram dois pesquisadores. Após a leitura, 4 artigos foram excluídos por estarem fora do escopo, 4 por não estarem disponíveis gratuitamente online e 2 artigos foram excluídos por se tratarem de revisões de literatura.

A Figura 1 apresenta o diagrama PRISMA da revisão sistemática, ilustrando o processo de elegibilidade e seleção dos estudos.



Fonte: os autores

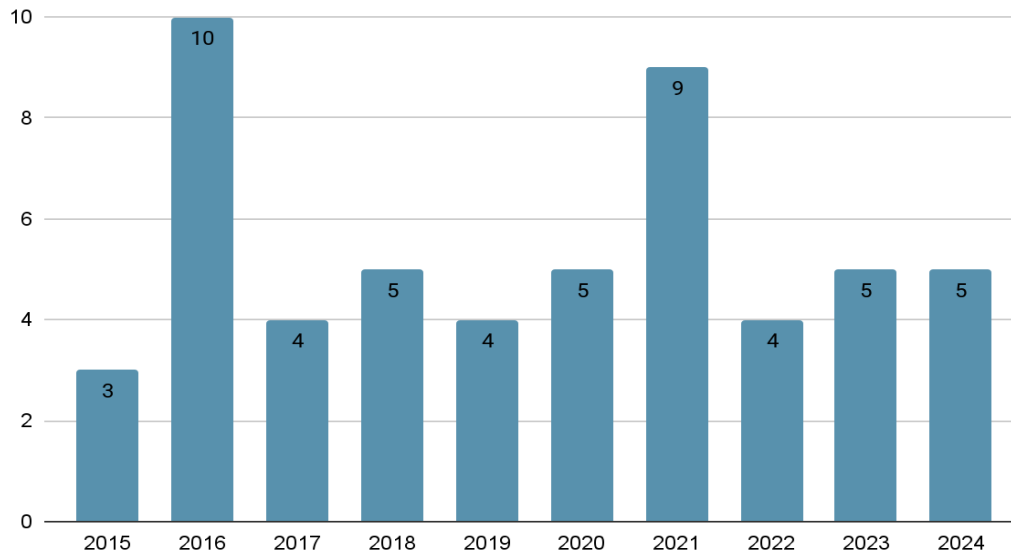
3.4 ARTIGOS SELECIONADOS

Ao final, 54 artigos foram incluídos neste estudo. Os estudos selecionados foram publicados entre 2015 e 2024. Observa-se uma redução na popularidade do tema entre 2018 e 2020, anos afetados pela pandemia de COVID 19, o que possivelmente reduziu a discussão de acessibilidade à espaços físicos, dado o momento de isolamento social e o baixo uso de espaços físicos empresariais e públicos. A Figura 2 apresenta a distribuição dos artigos selecionados por ano.

Dos 54 artigos selecionados, todos são artigos de revista, 14 são artigos escritos em Inglês, 35 escritos em Português e 5 estão disponíveis em Inglês e Português.



Figura 2: Número de artigos publicados por ano



Fonte: os autores

4 RESULTADOS

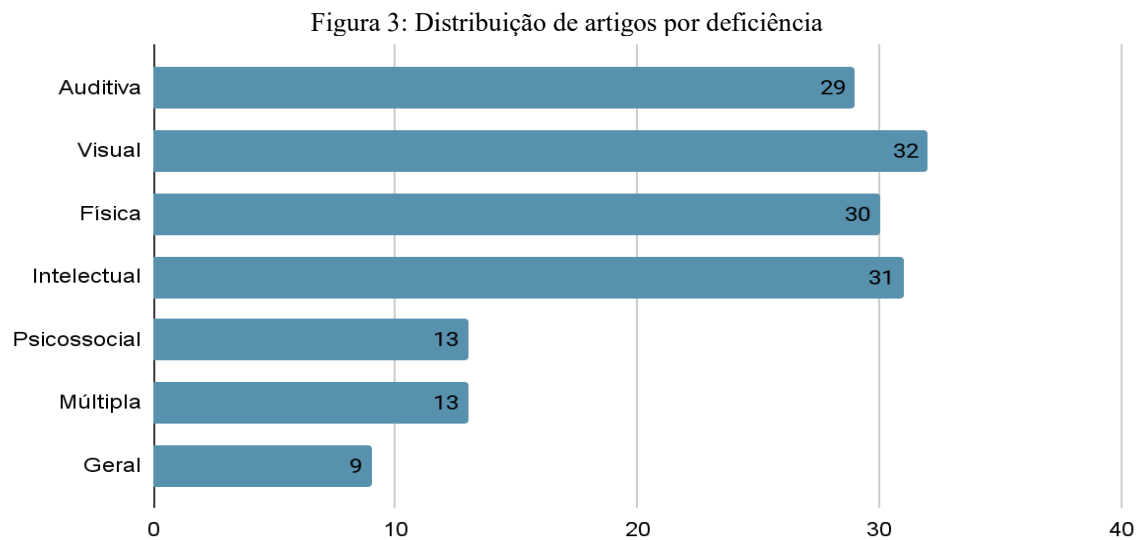
4.1 QP1 - QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA TRATADA PELO ARTIGO?

A partir dos quadros 2 e 3, realizamos a contagem dos artigos por tipo de deficiência para entender a distribuição temática dos estudos incluídos na revisão. Para essa análise, consideramos o número de vezes que os artigos foram classificados em cada categoria de deficiência (ou seja, um mesmo artigo pode ser contabilizado em mais de uma categoria se abordar mais de um tipo de deficiência). A Figura 3 apresenta os resultados da contagem.

Os dados demonstram uma concentração majoritária de estudos voltados às deficiências visual (24,6%), intelectual (23,8%), física (23,1%) e auditiva (22,3%), que, juntas, representam aproximadamente 94% de todas as ocorrências categorizadas. Essa distribuição evidencia uma tendência clara da literatura em priorizar esses tipos de deficiência, refletindo, possivelmente, tanto a maior visibilidade dessas condições na sociedade quanto a disponibilidade de metodologias e tecnologias voltadas a essas populações.

A deficiência visual, por exemplo, é frequentemente abordada em estudos voltados à acessibilidade digital e mobilidade urbana, enquanto a deficiência intelectual tem recebido atenção em discussões sobre inclusão pedagógica e adaptação curricular, onde sua presença significativa também está associada à concentração dos estudos na temática de educação. Da mesma forma, as deficiências física e auditiva aparecem com destaque em pesquisas que envolvem tecnologias assistivas e formação docente para práticas inclusivas.





Fonte: os autores

Por outro lado, as categorias psicossocial e múltipla, com 10% cada, são significativamente menos representadas na literatura analisada. Isso sugere a existência de lacunas importantes na produção científica atual, especialmente se considerarmos que as deficiências psicossociais (como transtornos mentais e emocionais) estão entre as mais prevalentes no cenário contemporâneo. A deficiência múltipla, por sua complexidade, pode demandar abordagens integradas que ainda são pouco exploradas em estudos empíricos e aplicados.

A categoria geral, por sua vez, representa apenas 6,9% dos estudos e engloba trabalhos que tratam da deficiência de maneira ampla ou transversal, sem se restringir a um tipo específico. Esses estudos são relevantes por abordarem diretrizes, políticas institucionais ou práticas pedagógicas voltadas à inclusão como um todo.

A predominância de pesquisas sobre deficiências visuais, físicas, intelectuais e auditivas revela uma ênfase da literatura em tipos de deficiência mais tradicionalmente reconhecidos e abordados no contexto educacional e social. No entanto, a menor incidência de estudos sobre deficiências psicossociais e múltiplas sinaliza a necessidade de ampliar o escopo da pesquisa científica, incentivando investigações que contemplem também as experiências e necessidades de pessoas com condições menos visíveis, mas igualmente impactantes. Essa ampliação é essencial para garantir uma inclusão verdadeiramente equitativa e representativa.



Quadro 2. Trabalhos agrupados por deficiência

Deficiência	Trabalhos Agrupados
Auditiva	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva; Assis, 2022), (Ursine et al., 2017), (Holanda; Pereira, 2021), (Simonelli et al., 2024), (Garcia et al., 2018), (Chang et al., 2019), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Silva et al., 2022), (Santos, 2016), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Napolitano et al., 2016), (Givigi et al., 2020), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Pletsch; Leite, 2017), (Prado; Santos, 2023), (Sartori et al., 2017), (Benedetti; Júnior, 2024), (Lira et al., 2024), (Beltrão et al., 2023), (Piccolo et al., 2021), (Cabral et al., 2020), (Machado et al., 2018), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Gonçalves et al., 2016), (Baptista; Viegas, 2016), (Hass; Gonçalves, 2015), (Pagliuca et al., 2015), (Goerck; Areosa, 2021).
Visual	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva; Assis, 2022), (Ursine et al., 2017), (Holanda; Pereira, 2021), (Simonelli et al., 2024), (Garcia et al., 2018), (Chang et al., 2019), (Bezerra; Santos, 2024), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Silva et al., 2022), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Napolitano et al., 2016), (Pinto et al., 2023), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Pletsch; Leite, 2017), (Prado; Santos, 2023), (Sartori et al., 2017), (Benedetti; Júnior, 2024), (Beltrão et al., 2023), (Leria et al., 2022), (Agra; Costa, 2021), (Piccolo et al., 2021), (Lima et al., 2021), (Garcia; Braz, 2020), (Cabral et al., 2020), (Machado et al., 2018), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Baptista; Viegas, 2016), (Hass; Gonçalves, 2015), (Pagliuca et al., 2015), (Goerck; Areosa, 2021).
Física	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva; Assis, 2022), (Ursine et al., 2017), (Holanda; Pereira, 2021), (Simonelli et al., 2024), (Garcia et al., 2018), (Chang et al., 2019), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Silva et al., 2022), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Givigi et al., 2020), (Natividade; Justi; Vasconcelos, 2019), (Pinto et al., 2023), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Pletsch; Leite, 2017), (Prado; Santos, 2023), (Sartori et al., 2017), (Benedetti; Júnior, 2024), (Beltrão et al., 2023), (Piccolo et al., 2021), (Cabral et al., 2020), (Aoki et al., 2018), (Machado et al., 2018), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Baptista; Viegas, 2016), (Hass; Gonçalves, 2015), (Pagliuca et al., 2015), (Goerck; Areosa, 2021).
Intelectual	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva et al., 2019), (Silva; Assis, 2022), (Ursine et al., 2017), (Holanda; Pereira, 2021), (Simonelli et al., 2024), (Chang et al., 2019), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Silva et al., 2022), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Givigi et al., 2020), (Pinto et al., 2023), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Pletsch; Leite, 2017), (Prado; Santos, 2023), (Sartori et al., 2017), (Benedetti; Júnior, 2024), (Beltrão et al., 2023), (Piccolo et al., 2021), (Cabral et al., 2020), (Aoki et al., 2018), (Pereira-Silva et al., 2018), (Machado et al., 2018), (Redig; Glat, 2017), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Aydos, 2016), (Tavares et al., 2016), (Baptista; Viegas, 2016), (Hass; Gonçalves, 2015), (Goerck; Areosa, 2021).
Psicossocial	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva; Assis, 2022), (Ursine et al., 2017), (Holanda; Pereira, 2021), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Givigi et al., 2020), (Pinto et al., 2023), (Prado; Santos, 2023), (Sartori et al., 2017), (Piccolo et al., 2021), (Aydos, 2021), (Aydos, 2016), (Baptista; Viegas, 2016).
Múltipla	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva; Assis, 2022), (Ursine et al., 2017), (Holanda; Pereira, 2021), (Chang et al., 2019), (Silva et al., 2022), (Givigi et al., 2020), (Pletsch; Leite, 2017), (Prado; Santos, 2023), (Beltrão et al., 2023), (Cabral et al., 2020), (Machado et al., 2018), (Baptista; Viegas, 2016).
Geral	(Baptista, 2019), (Carvalho et al., 2016), (Martins et al., 2015), (Fernandes, 2016), (Antunes; Amorim, 2020), (Azevedo et al., 2021), (Vernick et al., 2023), (Silva; Silva, 2022), (Schabbach; Rosa, 2022).

Fonte: os autores

4.2 QP2 - QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES DOS AUTORES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ACESSIBILIDADE?

Analisando as conclusões dos autores dos estudos, cabe destacar a afirmação de que o Brasil possui um arcabouço legal robusto em relação à legislação aplicada à acessibilidade, onde 29 dos 54 estudos (aproximadamente 54%) selecionados confirmam isso em suas conclusões. Outra conclusão bastante citada nos estudos é que através de políticas públicas de acessibilidade, pessoas com deficiência tiveram uma maior inclusão no meio social.

Alguns estudam também concluem que a avaliação das pessoas com deficiência através do paradigma Biopsicossocial foi bastante positiva, pois, segundo (Oliveira; Souza, 2020), através dessa forma de avaliação em detrimento do modelo médico, fortalece um olhar interdisciplinar ao avaliar a deficiência. Outra conclusão interessante encontrada em alguns estudos é que o tema da



acessibilidade/deficiência ganhou visibilidade e foi politizada ao longo do tempo no Brasil, confirmando a preocupação do governo e da sociedade acerca desse assunto.

Conforme concluem (Pinto et al., 2023), a isenção tributárias para pessoas com deficiência são reconhecidas como importantes instrumentos de políticas públicas para mitigar a desigualdade social. O Quadro 3 associa detalhadamente as conclusões positivas com os estudos.

Quadro 3. Conclusões Positivas

Conclusão	Artigos Agrupados
Arcabouço Legal Robusto	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva et al., 2019), (Silva; Assis, 2022), (Holanda; Pereira, 2021), (Garcia et al., 2018), (Chang et al., 2019), (Bezerra; Santos, 2024), (Baptista, 2019), (Carvalho et al., 2016), (Fernandes, 2016), (Givigi et al., 2020), (Natividade; Justi; Vasconcelos, 2019), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Prado; Santos, 2023), (Vernick et al., 2023), (Silva; Silva, 2022), (Sartori et al., 2017), (Martins et al., 2016), (Benedetti; Júnior, 2024), (Beltrão et al., 2023), (Leria et al., 2022), (Piccolo et al., 2021), (Aydos, 2021), (Garcia; Braz, 2020), (Aoki et al., 2018), (Pereira-Silva et al., 2018), (Machado et al., 2018), (Redig; Glat, 2017), (Gonçalves et al., 2016), (Goerck; Areosa, 2021).
Maior inclusão no meio social	(Silva et al., 2019), (Simonelli et al., 2024), (Dorneles; Carvalho, 2024), (Chang et al., 2019), (Martins et al., 2015), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Antunes; Amorim, 2020), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Pletsch; Leite, 2017), (Schabbach; Rosa, 2022), (Beltrão et al., 2023), (Leria et al., 2022), (Garcia; Braz, 2020), (Cabral et al., 2020), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Aydos, 2016), (Tavares et al., 2016), (Hass; Gonçalves, 2015).
Paradigma Biopsicossocial	(Oliveira; Souza, 2020), (Chang et al., 2019), (Santos, 2016), (Givigi et al., 2020), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Schabbach; Rosa, 2022), (Benedetti; Júnior, 2024), (Pereira; Albuquerque, 2017).
Criação de programas institucionais de apoio	(Garcia et al., 2018), (Baptista, 2019), (Fernandes, 2016), (Antunes; Amorim, 2020), (Lima et al., 2021), (Baptista; Viegas, 2016).
Alinhamento com diretrizes nacionais e/ou internacionais	(Bezerra; Santos, 2024), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Pinto et al., 2023), (Azevedo et al., 2021), (Sartori et al., 2017).
Adaptação na infraestrutura da instituição	(Silva; Assis, 2022), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Martins et al., 2015), (Agra; Costa, 2021).
Visibilidade e politização do tema	(Garcia et al., 2018), (Napolitano et al., 2016), (Pereira; Albuquerque, 2017).
Melhorou a oferta da saúde pública	(Ursine et al., 2017), (Givigi et al., 2020).
Isenção tributária para PcDs	(Pinto et al., 2023).

Fonte: os autores

Os autores dos estudos também debatem diversas conclusões negativas. Uma conclusão negativa evidenciada em diversos estudos é que, apesar da legislação prever diversos direitos para pessoas com deficiência e deveres para instituições, o que acontece na prática é diferente, em 22 dos 54 artigos analisados (aproximadamente 41%), os autores concluem que as políticas públicas de acessibilidade não estão sendo implementadas em sua totalidade.



Outra conclusão presente nos estudos é a persistência de barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam em seu cotidiano, entre elas as barreiras atitudinais, comunicação e de informação, tecnológicas, urbanísticas, arquitetônicas e de transporte.

Na área trabalhista, uma conclusão observada em alguns estudos é que a maioria das empresas contratam as pessoas com deficiência apenas para cumprimento da cota/lei, sem um compromisso genuíno de inseri-lá no meio social. No Quadro 4 estão relacionadas as principais conclusões negativas com os estudos analisados.

Quadro 4. Conclusões Negativas

Conclusão	Artigos Agrupados
Persistência de Barreiras	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva et al., 2019), (Ursine et al., 2017), (Garcia et al., 2018), (Dorneles; Carvalho, 2024), (Chang et al., 2019), (Bezerra; Santos, 2024), (Silva et al., 2022), (Martins et al., 2015), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Napolitano et al., 2016), (Fernandes, 2016), (Antunes; Amorim, 2020), (Fuzetto; Rossignoli, 2021), (Pletsch; Leite, 2017), (Azevedo et al., 2021), (Vernick et al., 2023), (Silva; Silva, 2022), (Sartori et al., 2017), (Schabbach; Rosa, 2022), (Benedetti; Júnior, 2024), (Piccolo et al., 2021), (Lima et al., 2021), (Garcia; Braz, 2020), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Pagliuca et al., 2015).
Política pública não implementada totalmente na prática	(Oliveira; Souza, 2020), (Silva et al., 2019), (Bezerra; Santos, 2024), (Napolitano et al., 2016), (Fernandes, 2016), (Natividade; Justi; Vasconcelos, 2019), (Pinto et al., 2023), (Prado; Santos, 2023), (Vernick et al., 2023), (Silva; Silva, 2022), (Martins et al., 2016), (Benedetti; Júnior, 2024), (Beltrão et al., 2023), (Leria et al., 2022), (Agra; Costa, 2021), (Lima et al., 2021), (Aoki et al., 2018), (Pereira-Silva et al., 2018), (Redig; Glat, 2017), (Gonçalves et al., 2016), (Pagliuca et al., 2015), (Goerck; Areosa, 2021).
Formação docente precária	(Holanda; Pereira, 2021), (Garcia et al., 2018), (Carvalho et al., 2016), (Antunes; Amorim, 2020), (Pletsch; Leite, 2017), (Vernick et al., 2023), (Sartori et al., 2017), (Lira et al., 2024), (Agra; Costa, 2021), (Cabral et al., 2020), (Aydos, 2016), (Tavares et al., 2016), (Gonçalves et al., 2016).
Falta de recursos orçamentários	(Silva; Assis, 2022), (Bezerra; Santos, 2024), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Fernandes, 2016), (Givigi et al., 2020), (Antunes; Amorim, 2020), (Natividade; Justi; Vasconcelos, 2019), (Silva; Silva, 2022), (Machado et al., 2018), (Hass; Gonçalves, 2015), (Goerck; Areosa, 2021).
Contratação apenas para cumprir a lei	(Silva et al., 2019), (Simonelli et al., 2024), (Lima et al., 2021), (Redig; Glat, 2017), (Aydos, 2016).
Dupla vulnerabilidade	(Ursine et al., 2017), (Dorneles; Carvalho, 2024), (Benedetti; Júnior, 2024), (Leria et al., 2022).
Falta de Fiscalização	(Silva; Silva, 2022), (Tavares et al., 2016), (Goerck; Areosa, 2021).

Fonte: os autores

4.3 QP3 - QUE APONTAMENTOS E/OU SUGESTÕES OS AUTORES FAZEM EM RELAÇÃO A TORNAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS EFETIVAS?

Entre as estratégias identificadas nos estudos analisados, destaca-se que 62% das publicações apontam a qualificação de profissionais que interagem diretamente com pessoas com deficiência como medida essencial para a mitigação das barreiras enfrentadas por esse público, abrangendo contextos educacionais, corporativos e institucionais. Ademais, observa-se que 18 dos 54 estudos (aproximadamente 33%) ressaltam a necessidade de revisão periódica da legislação, evidenciando que as políticas públicas de acessibilidade devem ser constantemente analisadas e atualizadas, a fim de evitar conflitos normativos que, em determinadas situações, comprometem a efetividade dos direitos das pessoas com deficiência.



Outros aspectos destacados pelos autores incluem a necessidade de integração entre as políticas públicas, a ampliação do debate sobre o tema na esfera social, o maior envolvimento das famílias, o fortalecimento das ações de fiscalização para assegurar o cumprimento da legislação vigente e o incremento de investimentos em pesquisas relacionadas à área. O Quadro 5 apresenta os principais apontamentos identificados, os quais visam potencializar a eficácia das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

A predominância de estudos que recomendam a ampliação de programas de capacitação para o atendimento e a interação com pessoas com deficiência evidencia que, de forma geral, a sociedade ainda não se encontra plenamente preparada para promover a inclusão efetiva desse público.

Quadro 5. Apontamentos

Apontamentos	Artigos Agrupados
Investimento em qualificação	(Silva et al., 2019), (Ursine et al., 2017), (Holanda; Pereira, 2021), (Simonelli et al., 2024), (Garcia et al., 2018), (Chang et al., 2019), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Baptista, 2019), (Silva et al., 2022), (Carvalho et al., 2016), (Martins et al., 2015), (Fernandes, 2016), (Givigi et al., 2020), (Antunes; Amorim, 2020), (Pinto et al., 2023), (Pletsch; Leite, 2017), (Vernick et al., 2023), (Silva; Silva, 2022), (Martins et al., 2016), (Lira et al., 2024), (Agra; Costa, 2021), (Aydos, 2021), (Lima et al., 2021), (Cabral et al., 2020), (Aoki et al., 2018), (Machado et al., 2018), (Redig; Glat, 2017), (Tavares et al., 2016), (Gonçalves et al., 2016), (Baptista; Viegas, 2016).
Revisão da legislação	(Ursine et al., 2017), (Baptista, 2019), (Ribeiro; Tentes, 2016), (Napolitano et al., 2016), (Antunes; Amorim, 2020), (Natividade; Justi; Vasconcelos, 2019), (Pinto et al., 2023), (Pletsch; Leite, 2017), (Vernick et al., 2023), (Sartori et al., 2017), (Beltrão et al., 2023), (Leria et al., 2022), (Cabral et al., 2020), (Redig; Glat, 2017), (Tavares et al., 2016), (Hass; Gonçalves, 2015), (Goerck; Areosa, 2021).
Integração das políticas públicas	(Holanda; Pereira, 2021), (Simonelli et al., 2024), (Trevisan; Ziliotto, 2023), (Silva et al., 2022), (Givigi et al., 2020), (Lira et al., 2024), (Agra; Costa, 2021), (Lima et al., 2021), (Aoki et al., 2018), (Pereira-Silva et al., 2018), (Machado et al., 2018), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Hass; Gonçalves, 2015).
Amplo debate acerca da acessibilidade	(Silva et al., 2019), (Silva; Assis, 2022), (Silva et al., 2022), (Carvalho et al., 2016), (Fernandes, 2016), (Givigi et al., 2020), (Pinto et al., 2023), (Vernick et al., 2023), (Benedetti; Júnior, 2024), (Pereira; Albuquerque, 2017), (Goerck; Areosa, 2021).
Investimento em pesquisa	(Silva et al., 2019), (Carvalho et al., 2016), (Antunes; Amorim, 2020), (Pinto et al., 2023), (Azevedo et al., 2021), (Benedetti; Júnior, 2024), (Leria et al., 2022), (Hass; Gonçalves, 2015).
Fiscalização das Políticas Públicas	(Silva et al., 2019), (Silva; Assis, 2022), (Silva; Silva, 2022), (Martins et al., 2016), (Aydos, 2021), (Tavares et al., 2016), (Goerck; Areosa, 2021).
Envolvimento da Família	(Silva et al., 2019), (Lira et al., 2024), (Agra; Costa, 2021), (Pereira-Silva et al., 2018), (Gonçalves et al., 2016).

Fonte: os autores

5 DISCUSSÃO

A análise dos resultados evidencia que o Brasil possui um arcabouço jurídico e normativo considerado robusto no campo da acessibilidade, composto por legislações, normas técnicas e programas que reconhecem os direitos das pessoas com deficiência e estabelecem diretrizes para sua inclusão social. Porém, observa-se um descompasso significativo entre o que está previsto na legislação e a realidade cotidiana, marcada pela dificuldade de implementação efetiva dessas garantias. Em termos práticos, trata-se de um direito formalmente instituído, mas que, em muitos casos, não se traduz em experiências concretas de cidadania e participação plena para as pessoas com deficiência.



Um dado que chama atenção é a concentração dos estudos em quatro tipos de deficiência: visual, física, intelectual e auditiva. Embora sejam áreas relevantes, essa predominância evidencia também um silenciamento de outras deficiências, como as psicossociais e múltiplas, que permanecem pouco exploradas, essa lacuna é preocupante, pois pode gerar políticas públicas insuficientes para responder a demandas que já são urgentes.

Outro ponto recorrente nos estudos é a tensão entre o avanço conceitual do paradigma biopsicossocial e a permanência de práticas marcadas pelo modelo médico ou assistencialista. Há consenso na literatura de que pensar a deficiência a partir das barreiras sociais e não apenas das limitações individuais representa um avanço significativo. Contudo, ainda há resistência cultural e institucional para que esse olhar se traduza em ações concretas.

A análise também revela que a acessibilidade deve ser entendida de maneira intersetorial. Não se trata apenas de adaptar escolas ou transportes, mas de articular políticas de saúde, trabalho, cultura e lazer para que a cidadania seja exercida em sua totalidade. Quando essa articulação não acontece, as políticas tendem a se fragmentar, reduzindo seu impacto e, muitas vezes, deixando as pessoas com deficiência à margem dos serviços que deveriam lhes garantir autonomia e participação social.

As sugestões levantadas pelos estudos apontam alguns caminhos que precisam ser reforçados. A qualificação continuada dos profissionais que lidam diretamente com pessoas com deficiência é um deles. Outro aspecto recorrente é a necessidade de revisar a legislação de tempos em tempos, garantindo que ela não caia em contradições internas ou se torne obsoleta frente a novos contextos. Além disso, a ampliação da fiscalização, o envolvimento das famílias e o estímulo à pesquisa aplicada aparecem como elementos centrais para que as políticas deixem de ser apenas declarações de intenções.

Por fim, é importante destacar que a pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios e também novas possibilidades. A expansão do ensino remoto, do teletrabalho e da digitalização de serviços ampliou as discussões sobre acessibilidade digital, mas também revelou desigualdades no acesso a essas tecnologias. Esse cenário reforça a ideia de que as políticas públicas precisam estar em constante atualização, acompanhando mudanças sociais e tecnológicas, pois persistem as barreiras atitudinais, comunicacionais e estruturais que impedem que a inclusão seja realmente efetivada.

6 CONCLUSÃO

A revisão realizada demonstrou que o Brasil possui um arcabouço legal consistente em matéria de acessibilidade, porém sua efetividade ainda é limitada por barreiras de ordem estrutural, atitudinal e institucional. Os estudos analisados revelam concentração nas deficiências visual, auditiva, física e intelectual, ao passo que as deficiências múltiplas e psicossociais permanecem pouco exploradas, evidenciando lacunas relevantes na produção científica e nas políticas públicas.



Entre os principais desafios apontados nos estudos, destacam-se a falta de recursos, a qualificação insuficiente dos profissionais, a baixa fiscalização e a fragmentação intersetorial das ações. Para superação desses desafios, os autores apontam para a necessidade de capacitação contínua, revisão periódica da legislação, fortalecimento da fiscalização e maior envolvimento da sociedade civil e das famílias.

Em síntese, o Brasil já percorreu um longo caminho em termos de legislação e reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. O desafio atual não é apenas normativo, mas sobretudo prático: transformar esse arcabouço em realidade, combatendo as barreiras ainda existentes e garantindo que a inclusão seja implementada na prática.

AGRADECIMENTOS

Este projeto recebeu apoio parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 18/2024 e do Instituto Federal Catarinense (IFC).



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: NBR 9050:2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: https://www.confea.org.br/midias/acessibilidade_abnt_2022.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

AGRA, M.; COSTA, V. A. da. Políticas de educação inclusiva e práxis pedagógica na escola pública: experiências no Brasil. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2021.

ANTUNES, K. C. V.; AMORIM, C. C. Os desafios da docência no ensino superior frente à inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [S.l.], v. 15, p. 1465–1481, 2020.

AOKI, M. et al. Pessoas com deficiência e a construção de estratégias comunitárias para promover a participação no mundo do trabalho. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 517–534, 2018.

AYDOS, V. Agência e subjetivação na gestão de pessoas com deficiência: a inclusão no mercado de trabalho de um jovem diagnosticado com autismo. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n. 46, p. 329–358, 2016.

AYDOS, V. Construindo o “bom trabalhador”: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Etnográfica*, v. 25, n. 2, p. 289–314, 2021.

AZEVEDO, G. A. et al. Sustainable urban mobility analysis for elderly and disabled people in São Paulo. *Scientific Reports*, v. 11, n. 1, p. 791, 2021.

BAPTISTA, C. R. Política pública, educação especial e escolarização no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 45, e217423, 2019.

BAPTISTA, C. R.; VIEGAS, L. T. Reconfiguração da educação especial: análise da constituição de um centro de atendimento educacional especializado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, p. 429–442, 2016.

BEZERRA, M. das G.; SANTOS, E. C. O direito da pessoa com deficiência visual à mobilidade urbana: o enfoque objetivo de desenvolvimento sustentável no 11 da Agenda Global 2030. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 128, p. 465–505, 2024.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. de P.; SIMAS, H. S. Inclusion of students with disabilities in Brazilian tertiary education. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 31, n. 120, e0234164, 2023.

BENEDETTI, C.; JÚNIOR, M. H. A proteção da pessoa com deficiência como ação afirmativa de inclusão. *Revista Internacional CONSINTER de Direito*, n. 18, p. 763–784, 2024.

BONETI, L. W. Políticas públicas por dentro. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. Coletânea de textos sobre políticas públicas. Brasília: ENAP, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.



BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. MDHC apresenta ações estratégicas para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Brasília, 2025.

CABRAL, V. N. de; ORLANDO, R. M.; MELETTI, S. M. F. O retrato da exclusão nas universidades brasileiras: os limites da inclusão. *Educação & Realidade*, v. 45, e105412, 2020.

CARVALHO, A. F.; COELHO, V. A. C.; TOLOCKA, R. E. Professores de educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 3, p. 713–726, 2016.

CHANG, S. R. da S.; DUARTE, M. M. N. B.; VELOSO, J. R. P. Paths, misplacements and challenges in Brazilian VET for people with disability. *Journal of Vocational Education & Training*, v. 71, n. 3, p. 368–384, 2019.

COOKE, A.; SMITH, D.; BOOTH, A. Beyond PICO: the SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. *Qualitative Health Research*, v. 22, n. 10, p. 1435–1443, 2012.

DORNELES, P. S.; CARVALHO, C. R. A. de. A relevância das políticas públicas culturais de base comunitária na acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 68, n. 24, p. 43–53, 2024.

FERNANDES, Z. B. A atuação de conselhos gestores na inclusão social. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, p. 33–36, 2016.

FUZETTO, M. M.; ROSSIGNOLI, M. O teletrabalho para a pessoa com deficiência como dificultador da inclusão social. *Revista Estudos Institucionais*, v. 7, n. 2, p. 606–628, 2021.

GARCIA, F. M.; BRAZ, A. T. A. M. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 28, n. 108, p. 622–641, 2020.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, p. 33–40, 2018.

GIVIGI, R. C. do N. et al. Políticas educacionais inclusivas e a intersectorialidade com as políticas sociais: interfaces Brasil/Canadá. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. esp. 3, p. 2240–2259, 2020.

GOERCK, C. S.; AREOSA, S. V. C. Implementação da política de acessibilidade comunicativa: o segmento televisivo em canais abertos de veiculação estadual. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 44, n. 2, p. 215–232, 2021.

GONÇALVES, W.; GONÇALVES, V. M. F.; FIRME, L. P. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 93, p. 866–889, 2016.

HASS, C.; GONÇALVES, T. G. Políticas e acesso à EJA para estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 21, n. 4, p. 443–458, 2015.

HOLANDA, G.; PEREIRA, M. Inclusão de jovens e adultos com deficiência na educação pública do Ceará. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, v. 8, n. 1, p. 111–126, 2021.



- LERIA, L. A. et al. O acesso do estudante com deficiência visual à educação superior: análise dos microdados do ENEM. *Educação em Revista*, v. 38, e63857, 2022.
- LIMA, M. M. et al. Um panorama do mercado de trabalho da pessoa com deficiência visual na cidade do Rio de Janeiro. *Interações*, v. 22, n. 1, p. 211–223, 2021.
- LIRA, E. C. S. de et al. Processo de inclusão escolar de usuários de implante coclear. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 30, e0091, 2024.
- MACHADO, W. C. A. et al. Integralidade na rede de cuidados da pessoa com deficiência. *Texto & Contexto – Enfermagem*, v. 27, n. 3, e4480016, 2018.
- MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 23, n. 89, p. 984–1014, 2015.
- MARTINS, K. P. et al. Estrutura interna de unidades de saúde da família: acesso para as pessoas com deficiência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 3153–3160, 2016.
- NAPOLITANO, C. J.; LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. Acessibilidade em pauta na comunicação midiática. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, p. 126–129, 2016.
- NATIVIDADE, A. de S.; JUSTI, J.; VASCONCELOS, C. F. C. Educação especial na perspectiva inclusiva. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 12, n. 28, p. 279–294, 2019.
- OLIVEIRA, D. F.; SOUZA, I. M. O estudante com deficiência na UFSC. *Revista Conhecimento Online*, v. 3, p. 104–123, 2020.
- PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, v. 372, n. 71, 2021.
- PAGLIUCA, L. M. F. et al. Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. *Escola Anna Nery*, v. 19, p. 498–504, 2015.
- PEREIRA, C. E. C.; ALBUQUERQUE, C. M. P. A inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. *Educar em Revista*, p. 27–41, 2017.
- PEREIRA-SILVA, N. L.; FURTADO, A. V.; ANDRADE, J. F. C. de M. A inclusão no trabalho sob a perspectiva das pessoas com deficiência intelectual. *Trends in Psychology*, v. 26, p. 1003–1016, 2018.
- PICCOLO, G. M. et al. Pessoas com deficiência e participação eleitoral. *SciELO Preprints*, 2021.
- PINTO, Í. S. et al. Direitos das pessoas com deficiência: analisando casos de indeferimento na isenção tributária de IPVA. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 4, p. 4669–4684, 2023.
- PLETSCH, M. D.; LEITE, L. P. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. *Educar em Revista*, n. esp. 3, p. 87–106, 2017.
- PRADO, V. J. do; SANTOS, L. R. dos. A Agenda 2030 e o contexto do desenvolvimento humano e das tecnologias assistivas. *Revista Estudos Institucionais*, v. 9, n. 2, p. 531–554, 2023.



- REDIG, A. G.; GLAT, R. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 25, n. 95, p. 330–355, 2017.
- RIBEIRO, A. C.; TENTES, V. T. A. Transporte escolar acessível no Plano Viver sem Limite. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 1, p. 27–38, 2016.
- SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 3007–3015, 2016.
- SARTORI, D. V. B. et al. Estudo analítico de publicações sobre EaD na educação especial. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 12, n. 2, p. 862–883, 2017.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, 2009.
- SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. L. da. Segregar ou incluir? *Revista de Administração Pública*, v. 55, p. 1312–1332, 2022.
- SILVA, C. A. F. da; SILVA, A. P. O. da. A acessibilidade cultural e as políticas públicas. *Urdimento*, v. 3, n. 45, p. 1–28, 2022.
- SILVA, F. C.; ASSIS, L. B. de. Implementação da Lei de Cotas. *Education Policy Analysis Archives*, v. 30, p. 174, 2022.
- SILVA, L. N. da et al. Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, e00256021, 2022.
- SILVA, M. da C.; MIETO, G. S. de M.; OLIVEIRA, V. M. de. Recent studies on labor inclusion. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 469–486, 2019.
- SIMONELLI, A. P. et al. Ações articuladas e política pública de inclusão no trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 49, 2024.
- TAVARES, L. M. F. L. et al. A educação inclusiva: formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 4, p. 527–542, 2016.
- TREVISAN, S.; ZILIOOTTO, D. M. Inclusão nos institutos federais. *Educação e Pesquisa*, v. 49, e254398, 2023.
- URSINE, B. L.; PEREIRA, É. L.; CARNEIRO, F. F. Saúde da pessoa com deficiência no campo. *Interface*, v. 22, n. 64, p. 109–120, 2017.
- VERNICK, M. G. P. et al. Implantação da educação inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 2, p. 2068–2086, 2023.

